



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	Adolescentes como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva empírica e interdisciplinar
Autor	JÉSSICA POSTINGHER
Orientador	TAYSA SCHIOCCHET
Instituição	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Adolescentes como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva empírica e interdisciplinar

Autora: Jéssica Postingher

Orientadora: Profa. Dra. Taysa Schiocchet

Instituição de origem: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Apesar da forte ligação entre os temas sexualidade e reprodução, a questão relativa aos direitos sexuais é recente e menos explorada que os direitos reprodutivos, tendo em vista que se priorizou, no Direito, as questões relativas à saúde reprodutiva. Tais questões relacionam-se intimamente com temas como violência de gênero, acesso à saúde, aborto legal e visitas íntimas. Como grupo socialmente vulnerável, os adolescentes possuem frágil proteção do Direito em relação ao tema, mesmo que sejam tratados como sujeitos de direito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo bastante recente a proposta da doutrina da proteção integral e da primazia do melhor interesse dos adolescentes. A falta de ampla disseminação acerca do assunto resulta na dificuldade de se especificar peculiaridades e necessidades desse grupo e, mais ainda, de se formular meios para garantir a sua efetividade e concretização. O objetivo primário desta pesquisa, portanto, trata da (im)possibilidade de exercício de direitos relacionados à sexualidade e reprodução, além da busca por respostas possíveis para a solução da problemática apresentada; como objetivo específico, busca-se a conscientização e a transformação social dos problemas constatados, com a exposição de soluções que possam ser adotadas pelo poder público. Portanto, primeiramente, faz-se indispensável uma diferenciação entre as duas espécies de direitos (sexuais e reprodutivos) por meio da análise de marcos normativos, legislação e normas infralegais. Posteriormente, passa-se à individualização dos adolescentes como grupo vulnerável, para que se possa determinar suas especificidades. Desse modo, pode-se finalmente realizar a aplicação da diferenciação entre direitos sexuais e reprodutivos em relação aos direitos dos adolescentes, como meio de demonstrar a relevância da proteção da sexualidade e das questões reprodutivas para esse grupo. Como meio para alcançar conclusões e resultados concretos, é necessária pesquisa bibliográfica e documental, além da utilização de pesquisas empíricas *in loco*. Busca-se, assim, uma compreensão da diferença entre direitos sexuais e reprodutivos, para que se possa aferir as necessidades e individualidades dos adolescentes, bem como a difusão de conhecimento e formação dos profissionais envolvidos para a efetivação de tais direitos.